



## COMITESINOS

1ª Reunião Extraordinária/2014

**28 de maio de 2014**

Local: Auditório 5C005, Bloco C do Centro de Ciências Econômicas da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h – 16h30

### **Pauta:**

- 1) Abertura;
- 2) Processo de elaboração do Plano de Bacia:
  - a) Apresentação e definições acerca da primeira proposta do Plano de Ações;
  - b) Apresentação e definições acerca das diretrizes para Outorga de Uso da Água;
- 3) Proposta acerca da linearidade entre as entidades membro titulares e suplentes;
- 4) Assuntos gerais.

### **Entidades Presentes**

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: COMUSA; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: COMUSA e SEMAE; Drenagem: SEMAE; Geração de Energia: CEEE; Produção Rural: Assoc. Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha, STR de Santo Antônio da Patrulha, STR de Taquara, Sind. Rural de Santo Antônio da Patrulha e STR de Caraá; Indústria: AIC-Sul, SINPASUL, COOPERJA, SINDUSCOM, ACI-NH/EV/CB e CICS-Portão; Mineração: ausente; Lazer e Turismo: não preenchida; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: CM de Santo Antônio da Patrulha, CM de Taquara e CM de Canoas; Associações Comunitárias: ausente; Clubes de Serviço: ausente; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS, EMATER e UNILASALLE; ONG's Ambientalistas: Movimento Roessler e UPAN; Associações Profissionais: ASAEC e AEA/VS; Organizações Sindicais: SENGE; III Grupo: Representação do Governo do Estado: ausente; Representantes do Sistema: DRH/RS; Demais Presentes: CM de Caraá, Profill, PM de Nova Santa Rita, PM Novo Hamburgo, PM Parobé, Petrobras e comunidade.

001	<b>ATA N° 06/14 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA</b>
002	Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, a plenária do COMITESINOS reuniu-
003	se às 14horas, no Auditório 5C005, Ciências Econômicas da UNISINOS, município de São Leopoldo /RS,
004	para a realização da primeira reunião extraordinária do corrente ano. <b>1) Abertura:</b> O Presidente do
005	COMITESINOS, Arno Leandro Kayser, deu as boas vindas a todos e iniciou a reunião anunciando a pauta
006	da tarde. Justificou a necessidade de realização desta reunião extraordinária em função das demandas do
007	processo de elaboração do Plano de Bacia. <b>3) Proposta acerca da linearidade entre as entidades</b>
008	<b>membro titulares e suplentes:</b> Arno retomou a questão da dificuldade frequente de atendimento do
009	quórum mínimo para aprovação de temas em pauta. Lembrou que na reunião plenária anterior a
010	Secretária Executiva do COMITESINOS, Viviane Nabinger, analisou que em algumas categorias os
011	representantes das entidades suplentes que costumam comparecer são aqueles dos quais os respectivos
012	representantes das entidades titulares também comparecem. Como há correspondência direta entre
013	entidade titular e entidade suplente, esta última não pode substituir outro titular da mesma categoria.
014	Viviane propôs que a plenária avaliasse a possibilidade de descolamento entre titularidade e suplência.
015	Neste sentido, o Presidente apresentou minuta de deliberação a ser votada na próxima plenária, pela
016	exigência regimental de antecedência mínima de 15 dias para definições acerca do regimento interno. A
017	proposta de Deliberação CBHSINOS045/2014 sugere que a plenária do COMITESINOS delibere sobre “a

018 mudança da relação linear entre representante titular e representante suplente, passando a condição de  
019 suplência ser exercida para a categoria como um todo, na ausência de um representante das vagas de  
020 titulares. Na situação de presença de dois ou mais suplentes e uma ou mais ausências de titulares,  
021 assumirá a condição de titular aquele suplente que tiver maior frequência nas reuniões plenárias do  
022 correspondente ano”. Silvio Klein, membro da ASAEC, questionou a legalidade de tal procedimento ser  
023 adotado. Adolfo Antônio Klein, Vice-presidente do COMITESINOS, informou que outros comitês do Estado  
024 estão com a mesma dificuldade quanto ao quórum e que solução nos mesmos termos está sendo  
025 avaliada. Viviane relatou que buscou orientações da Secretaria do Conselho Estadual de Recursos  
026 Hídricos – CRH/RS e foi informada de que, sem uma demanda oficial dos comitês, o Conselho não pode  
027 fazer movimentos no sentido de alterar os termos do regramento vigente. A Secretária do COMITESINOS  
028 destacou que ainda não temos o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
029 completamente implementado, mas que após o início da aplicação de Cobrança pelo Uso da Águas, por  
030 exemplo, haverá grande disputa pelas vagas. A constante ausência do Estado no uso de suas vagas  
031 também poderá ser tema em futuro processo de revisão. **2) Processo de elaboração do Plano de Bacia:**  
032 **a) Apresentação e definições acerca da primeira proposta do Plano de Ações** – O Presidente relatou  
033 que, em muitos dos eventos públicos do processo de elaboração do Plano de Bacia, ocorreram  
034 manifestações contrárias à possibilidade de inclusão de barragens como estratégia para regularização de  
035 vazão no Plano de Ações. O Comitê Legislativo Intermunicipal de Acompanhamento das Ações do Pró-  
036 Sinos redigiu documento formalizando posição no mesmo sentido. Considerando os conflitos existentes,  
037 ou a falta de consenso acerca da construção de barragens, a Diretoria do COMITESINOS propôs que seja  
038 retirada da plenária uma deliberação. Como o tema não foi anunciado na convocação, a proposta foi  
039 apresentada, discutida, mas constará a pauta da reunião de 11 de junho/14. O Presidente passou a  
040 palavra à Secretária Executiva, que apresentou a primeira proposta de texto. Aloysio Bamberg,  
041 representante da Câmara de Canoas na categoria “Legislativos Municipais e Estadual” do COMITESINOS,  
042 manifestou preocupação em deixar ainda uma possibilidade de futuramente as barragens serem  
043 consideradas como possibilidade. Claudinei Baldissera, representante da EMATER na categoria  
044 “Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão” do COMITESINOS, sugeriu que seja bem especificado o  
045 que se deseja no texto, sem deixar margem para interpretações subjetivas, informando inclusive quem  
046 serão os responsáveis pelos estudos. Viviane salientou que não podemos deixar fora do Plano de Bacia  
047 algum registro acerca de barragens, visto que já foram defendidas por instâncias de governo e que  
048 poderão ser trazidas a pauta novamente por não haver contrariedade a elas oficialmente registrada.  
049 Adolfo reforçou que se algum recurso público for buscado para implementação de barragens na Bacia  
050 Sinos o Plano de Bacia será consultado. É importante que se registre o desejo da sociedade. Rafael  
051 Altenhofen, representante da União Protetora do Ambiente Natural na categoria “ONGs Ambientalistas” do  
052 COMITESINOS, defendeu que sejam apresentadas as definições de pequeno, médio e grande porte.  
053 Silvio relatou que, quando estava Presidente do COMITESINOS, foi procurado por produtores rurais e, em  
054 comitiva, foram ao Governo do Estado solicitar estudos de regularização de vazão na Bacia Sinos. Os  
055 estudos foram contratados, mas mascararam os objetivos originais. Estudaram quatro possibilidades de  
056 grandes barragens e conquistaram a rejeição das comunidades. Tais estudos ofertam algumas  
057 informações, mas a má condução do Estado produziu antipatia pelo tema. Silvio propôs que a deliberação  
058 se reporte inicialmente ao que se deseja, ou seja, aos estudos necessários para subsidiar a tomada de  
059 decisões pelo COMITESINOS. Salientou que a Bacia do Sinos está em região metropolitana, enfrentando  
060 os problemas da conurbação, portanto, em qualquer crise de falta de água o Comitê será cobrado. Sem  
061 conhecimento fundamentado não há como fazer opções. Guido Mário Prass, representante da Câmara de  
062 Taquara da categoria “Legislativos Municipais e Estadual” no COMITESINOS, sugere que os estudos  
063 sejam feitos a partir da aferição dos resultados das ações previstas no Plano de Bacia, caso ainda não  
064 tenhamos alcançados uma condição segura quanto aos volumes de água disponíveis. João Luis Moreira,  
065 representante da Câmara de Santo Antônio da Patrulha da categoria “Legislativos Municipais e Estadual”  
066 no COMITESINOS, registrou que a equipe contratada pelo Estado ficou uma semana na localidade de  
067 Monjolo, fazendo medições, invadindo terras. Se o assunto de barragens vier à tona novamente as  
068 população entrará em pânico. Luis Ferret, representante da CEEE na categoria “Geração de Energia” do  
069 COMITESINOS, reforçou a importância da conceituação de ‘barragem’, pois varia conforme a instituição.  
070 Informou ainda que a utilização de barragens para regularização de vazão é difícil, pois não consegue  
071 segurar cheias extremas. O Presidente pediu que Ferret passasse os conceitos de que ele dispõe para a

072 Secretaria do Comitê. Rafael apoiou a deliberação defendendo de que o COMITESINOS está puxando  
073 para si a decisão de que a construção de barragem está condicionada ao conhecimento das demais  
074 alternativas. Arno combinou com os presentes que a minuta será ajustada e remetida a todos por meio  
075 eletrônico para apreciação e contribuições antes da próxima plenária. Arno destacou que todos  
076 receberam, na chegada à reunião, a lista das ações que será apresentada. Henrique Kotzian, da empresa  
077 Profill, contratada pelo Estado para prestar suporte técnico ao processo de elaboração o Plano de Bacia,  
078 apresentou a proposta de Plano de Ações construída a partir das contribuições colhidas durante o  
079 processo. Introduzindo o tema, Henrique citou uma frase dita pelo Rafael em oportunidade anterior “Não  
080 se tratam das ações que queremos fazer, mas sim das ações que precisamos fazer para alcançar os  
081 objetivos”. Explicou que as ações aprovadas serão detalhadas em fichas técnicas individualmente.  
082 Passando ação por ação, a plenária apresentou contribuições que foram agregadas dos respectivos itens.  
083 As contribuições foram no sentido de melhorar o texto e não foram acrescentadas ou suprimidas ações da  
084 lista apresentada. Viviane destacou que a etapa de detalhamento será técnica, que posteriormente outras  
085 inclusões poderão ser feitas, mas que neste momento a lista apresentada (se aprovada pela plenária)  
086 comporá a agenda mínima. Silvio reforçou a importância da aprovação das necessidades, informando que  
087 a identificação dos responsáveis pela execução será posterior. Lembrou ainda que os financiamentos  
088 públicos estarão (possivelmente) condicionados ao Plano de Bacia. Eduardo Bonatto, Secretário de Meio  
089 Ambiente de Novo Hamburgo, defendeu que a execução das ações de desassoreamento seja imediata,  
090 independentemente da FEPAM. Arno ressaltou que cada realidade deverá ser avaliada, pois não existe  
091 regra geral, nem improvisado. Colocada sob regime de votação, a proposta de Plano de Ações foi aprovada.  
092 **b) Apresentação e definições acerca das diretrizes para Outorga de Uso da Água** – Henrique  
093 apresentou a proposta de critérios de Outorga de Uso da Água construída em sintonia com o  
094 Departamento de Recursos Hídricos – DRH/RS. Para as águas superficiais a proposta foi: a) Vazão de  
095 referência  $Q_{90\%}$ , que representa  $20,0 \text{ m}^3/\text{s}$  (calculada com base em dados diários), considerando também  
096 que esse é o referencial atual adotado pela DIOUT/DRH/SEMA, bem como o padrão estabelecido no  
097 PERH/RS. b) Percentual para outorga de 70%. c) Vazão máxima de outorga de 70% da  $Q_{90\%}$ , que  
098 representa  $14 \text{ m}^3/\text{s}$  (atende às demandas efetivas atuais, de  $10,1 \text{ m}^3/\text{s}$ , e às outorgas cadastradas no  
099 banco de dados do DRH/SEMA, que totalizam  $13,2 \text{ m}^3/\text{s}$ , havendo ainda disponibilidade hídrica de  $0,8$   
100  $\text{m}^3/\text{s}$  para novas outorgas). d) A Bacia apresenta uma elevada concentração de demandas de água no  
101 período novembro a março, assim, poderão ser privilegiadas outorgas de usos que não resultem em  
102 captação de água nesse período. e) As prioridades de uso serão abastecimento de água às populações  
103 humanas (suprimento doméstico, de saúde e segurança), abastecimento doméstico e de animais em  
104 estabelecimentos rurais e irrigação em pequenas propriedades agrícolas. A sequência de prioridades será  
105 definida posteriormente pelo Comitê. Até lá, valerá a sequência de prioridades estabelecida na Resolução  
106 CRH nº 141/2014 (PERH/RS). f) Critérios de eficiência e economia: os setores definirão os seus critérios  
107 de eficiência e economia, mediante acordos definidos setorialmente. Em caráter ilustrativo, citam-se, por  
108 exemplo: para o abastecimento público: menor índice de perdas e menor demanda per capita; e para a  
109 irrigação de arroz: menor demanda específica. g) Quanto à dispensa de outorga, ficam valendo as  
110 disposições constantes no Decreto Estadual Nº 37.033/1996 e na Resolução CRH Nº 91/2011: Derivações  
111 ou captações de até  $0,1 \text{ l/s}$  relacionadas aos usos de caráter individual para as necessidades básicas da  
112 vida, higiene e alimentação, associadas a locais onde não haja rede pública. As acumulações de águas  
113 pluviais (sem captação em cursos de água) cujo volume armazenado seja inferior ou igual a  $15.000 \text{ m}^3$  e  
114 cuja altura do nível normal da água seja inferior ou igual a  $1,50 \text{ m}$ . As captações, acumulações ou outros  
115 usos dos recursos hídricos dispensados de outorga não se eximirão de cadastramento junto ao CEUSA –  
116 Cadastro Estadual do Usuário da Água, e da solicitação de dispensa de outorga. Face à grande carência  
117 de informações e à expressiva quantidade de poços existentes não cadastrados e/ou outorgados, sugere-  
118 se um esforço inicial de cadastramento, seguido de regularização através da emissão de outorgas de uso  
119 da água. Para as águas subterrâneas a proposta foi: a) Em momento futuro e com base no melhor  
120 conhecimento dos usos das águas subterrâneas (fruto do cadastramento antes referido), serão propostos  
121 critérios associados às características e limitações dos sistemas aquíferos nos quais são efetuadas as  
122 captações. b) Dispensa de outorga: para as captações insignificantes de águas subterrâneas com até  $2$   
123  $\text{m}^3/\text{dia}$  ou para a satisfação das necessidades básicas da vida conforme o Decreto Estadual nº 42.047/02.  
124 Conforme a Resolução CRH Nº 91/11, tais captações não estão isentas de autorização prévia para  
125 perfuração do poço, bem como ao atendimento das Normas Técnicas e quanto aos aspectos construtivos

126 e de proteção sanitária. Como diretrizes gerais e complementares: a) As outorgas atuais na Bacia deverão  
127 ser revisadas e atualizadas e mantida frequência anual para revisões e atualizações futuras. b) A emissão  
128 de outorgas para novos empreendimentos fica condicionada à comprovação de abatimento das suas  
129 cargas poluidoras. c) A necessidade de articulação com os executivos e legislativos municipais, com o  
130 objetivo de internalizar nas legislações e planos diretores municipais, exigências quanto à obrigatoriedade  
131 de tratamento de esgotos nos novos empreendimentos (condicionando essa exigência à emissão da  
132 respectiva outorga), bem como à obrigatoriedade das ligações domiciliares às redes de coleta e  
133 esgotamento sanitário. José Cadorin, representante da “Associação Arrozeiros de Santo Antônio da  
134 Patrulha” na categoria “Produção Rural” do COMITESINOS, destacou que, sobre a reserva de água de  
135 pequeno porte, será preciso ter cuidado com as dimensões, pois a exigência de Outorga implica em  
136 custos com a documentação. Colocada sob regime de votação, a proposta de Diretrizes para Outorga foi  
137 aprovada. Tendo sido tratados todos os temas de pauta, Arno agradeceu pela presença de todos, e deu  
138 por encerrada a plenária. E, para constar, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada  
139 pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por mim.

São Leopoldo, 28 de maio de 2014.

140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147

Adolfo Antônio Klein  
Vice-Presidente

Arno Leandro Kayser  
Presidente

Viviane Nabinger  
Secretária Executiva